



SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

SECA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO CEARÁ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Maria Losângela Martins de Sousa (1); Vlândia Pinto Vidal de Oliveira (4).

Universidade Federal do Ceará – UFC, losangelaufc@gmail.com; Universidade Federal do Ceará – UFC, vladia.ufc@gmail.com

INTRODUÇÃO.

A ideia de convivência com o semiárido é muito antiga. No século XX foi construída a base do discurso da convivência com este tipo climático como uma proposta alternativa de enfrentamento e superação das problemáticas sociais e econômicas. Essa proposta foi formulada como uma crítica à política de combate à seca e aos seus efeitos, e ao modelo de modernização conservadora (SILVA, 2006).

É comum ao se tratar de convivência com o semiárido eleger um conjunto de atividades ou estratégias que possibilitem adaptações as condições do semiárido. Embora sejam ações de extrema importância, não conseguem solucionar de fato a problemática, pois são desprovidos de incentivos e de recursos financeiros adequados e não são desenvolvidas políticas que conscientização, capazes de tornar essa população sujeita dessas ações. Mesmo assim, tais atividades podem amenizar as dificuldades enfrentadas pelas populações sertanejas, em curto prazo. Enquanto aguardam as políticas públicas eficientes que contemplem os seus anseios, os sertanejos devem junto às organizações sociais buscar alternativas que atenuem a situação ora posta.

Nesta perspectiva o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios e perspectivas de convivência com o semiárido no estado do Ceará.

METODOLOGIA.

A metodologia está baseada na concepção sistêmica, em que o ambiente cearense é visto na sua totalidade, desde os aspectos naturais e sociais. Portanto, é um trabalho de cunho





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

bibliográfico em que buscou-se dialogar com autores que estudam o semiárido, a convivência com a seca, com destaque para o estado do Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Na tentativa de amenizar as dificuldades postas em decorrências das secas foram desenvolvidas diversas estratégias ao seu combate distribuídas em duas linhas de políticas: à curto e à longo prazo. A primeira estava voltada ao atendimento imediato as vítimas das secas e a segunda, se volta à organização da produção no semiárido, a fim de minimizar os efeitos das estiagens.

De acordo com Pessoa (2002), em 1845 surgem as primeiras iniciativas locais de socorro às vítimas das secas. De 1845 até 1876 o Nordeste foi agraciado com três décadas sem secas de grande expressão, isso pode ter favorecido o aumento demográfico na zona semiárida. Na seca de 1877, os efeitos foram superiores às secas passadas, uma vez que maiores contingentes populacionais foram acometidos. Isso fez com que a esfera federal atentasse para o problema nordestino, colocando em prática políticas de combate as secas a partir de diversas estratégias.

Tais políticas se deram através de três fases (PESSOA, op cit). A primeira, caracterizada pelas obras de engenharia e açudagem, a segunda visava o aproveitamento dos recursos hídricos e a terceira tinha como foco o desenvolvimento do Nordeste.

A primeira fase chamada de fase das soluções e obras de engenharia, mais comumente chamada de fase hidráulica ocorreu entre os anos de 1877 até 1945. Foi marcada pelo desenvolvimento de estudos básicos sobre a região, construção de açudagem e aberturas de estradas. Foi uma fase dominada pela engenharia. Antes da criação da Inspetoria de Obras contra as secas (IOCS), a construção dos açudes se dava com base em conhecimentos empíricos sem a realização de estudos prévios. Depois da IOCS, os estudos contribuíram para o fortalecimento das políticas de obras contra as secas sendo que os estudos realizados constituíram um acervo para que novas políticas fossem implementadas posteriormente. O Estado do Ceará foi contemplado com esta política tendo em Quixadá a construção do açude do Cedro, o qual representa um dos três





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

primeiros açudes construídos no Nordeste.

A segunda fase de política anti-seca perdura de 1945 a 1958, entendida como a fase de aproveitamento dos recursos de água, visava também controlar e gerenciar os recursos hídricos. Constitui-se na criação de diversas medidas entre elas a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e da criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Nesta fase foram criados novos organismos. A IOCS foi transformada em IFOCS a qual foi reorganizada passando a se chamar DNOCS, em 1945, essa mudança implicava na aquisição de novos orçamentos, junto à esfera federal. A criação do BNB visava fornecer financiamento às atividades do setor privado, buscando a integração das zonas secas na economia moderna. Mesmo com a ação dessas instituições, a seca de 1958 foi devastadora mostrando que as ações eram insuficientes para solucionar o problema, sendo necessário abrir frentes de trabalho com políticas de emergência como acontecera anteriormente. Assim sendo, alcança-se a terceira fase, em que se buscava utilizar técnicas modernas de planejamento regional. Esta fase é caracterizada pelo desenvolvimento programado, iniciada em 1958.

Como forma de se redimir contra as críticas feitas às políticas de combate à seca, as quais não obtiveram os resultados esperados, o governo instituiu uma comissão de peritos liderados pelo economista Celso Furtado para elaborar um relatório analisando as dificuldades dessa região em enfrentar as secas, os fatores que estavam ligados a situação de atraso do Nordeste e ainda realizasse uma proposta de soluções. Tal relatório, produzido pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), identificou questões importantes para o desenvolvimento regional. E propôs a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Para o GTDN a industrialização era o veículo de desenvolvimento regional, entretanto não a industrialização posta atualmente pautada no capital internacional, e sim através da transformação da agricultura regional, visando o reordenamento territorial e redimensionamento dos investimentos (SILVA, 2006).

As ações de convivência com o semiárido vêm sendo desenvolvidas paralelas as ações





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

de combate à seca. Tais estratégias surgiram mais da necessidade e da criatividade do povo sertanejo do que mesmo por parte das políticas públicas que deveriam ter.

Dentre as estratégias de convivência com o semiárido, a população desenvolve tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva para o consumo humano e para produção. As cisternas de placas, as cisternas calçadão, barragem subterrânea, tanques de pedras, barreiro trincheira, poço amazonas são algumas das práticas mais utilizadas (SILVA, 2006).

Inúmeras outras ações são desenvolvidas na tentativa de melhor conviver na região nordestina, como as práticas agroecológicas, manejo sustentável da caatinga, e criação de pequenos animais. Vale ressaltar que essas práticas são de fundamental importância, mas não resolvem o problema de forma satisfatória.

A concepção de convivência com o semiárido é bastante complexa, pois vai muito além da implantação de novas atividades ou estratégias como as anteriormente mencionadas. Ela requer fundamentalmente que a principal transformação ocorrida não seja apenas no campo das atividades, mas sim uma mudança estrutural, intelectual. Precisam-se mudar as formas de pensar, de agir, de sentir, só assim é possível verdadeiramente acreditar numa convivência adequada. Portanto, a construção do sentido de convivência propõe um novo modelo de desenvolvimento para o Nordeste. Desenvolvimento este, voltado para uma postura cultural que busque contextualizar saberes e práticas apropriadas à semiaridez (SILVA, 2006).

Na concepção do autor supracitado a convivência com o semiárido:

“... possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas, por meio do incentivo às atividades econômicas apropriadas e a sustentabilidade ambiental” (Pág. 225).

Dessa forma, as condições naturais agressivas, típicas desse clima, deixam de ser as





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

grandes vilãs e o espaço semiárido passa a se apresentar como um espaço dotado de características próprias, com potencialidades e limitações naturais e possibilidades de vida digna sem a mácula da miséria e da pobreza.

Sob tal perspectiva o semiárido cearense apresenta-se diante de grandes desafios. O Programa Estadual e Combate à Desertificação (PAE-CE) apresenta algumas estratégias desenvolvidas no Nordeste e no Ceará na perspectiva de melhoria das condições de vida da população sertaneja. Dentre as estratégias destacam-se os diversos programas: educação ambiental; gerenciamento e integração dos recursos hídricos; desenvolvimento hidroambiental; convivência com a seca; prevenção, monitoramento, controle de queimadas e combate os incêndios florestais. Além destes, vários projetos foram desenvolvidos ou estão em andamento como os Projetos: Mata Branca, Selo Município Verde, Mandalla Ceará, Desenvolvimento de Leite Caprino, Produção Orgânica e Agroecológica, Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido, entre outros (CEARÁ, 2010).

Alguns projetos foram desenvolvidos, especificamente no Ceará, tais como: macrozoneamento agroecológico do Ceará; zoneamento ecológico-econômico das áreas susceptíveis à desertificação; mapeamento das áreas de entorno dos reservatórios Banabuiú, Araras, Orós, Forquilhas, Aires de Souza, Edson Queiroz e Castanhão.

Vale ressaltar que esses programas e projetos são de grande importância não só para o Estado do Ceará, mas para o semiárido em geral, entretanto, isso não basta. É necessário verificar o que realmente está sendo feito na prática, de que forma a população local está usufruindo das iniciativas governamentais e qual a perspectiva dessa população no que se refere à convivência com o semiárido.

CONCLUSÕES.

Diante do exposto, verifica-se que a realidade cearense é semelhante à nordestina. As populações sertanejas ainda não adquiriram condições suficientes para desenvolver ações que permitam melhorias nas suas condições de vida.





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

As ações de combate as secas se mostraram insuficientes em resolver a problemática, pois estão mais voltadas ao “desenvolvimento” de uma minoria, enquanto a maioria da população enfrenta problemas estruturais, sem perspectivas de grandes alterações da realidade.

As estratégias de convivência com o semiárido ainda estão limitadas às poucas atividades ou técnicas como de captação de água das chuvas ou manejo da caatinga. São ações locais e paliativas, pois ainda não são capazes de produzir e reproduzir novas formas de conhecimento e a população continua a padecer.

A degradação ambiental e a desertificação são realidades preocupantes, uma vez que a produtividade agrícola dos solos é reduzida, face aos avanços dos processos erosivos, podendo aumentar assim a desigualdade social, a fome, a pobreza, ou seja, o decréscimo da qualidade de vida da população.

A imagem vendida tanto do Nordeste quanto do Ceará esconde marcas profundas. A terra da luz, do turismo e do agronegócio é a mesma terra de milhares de sertanejos que apelam “a Deus” para que o ano seguinte seja de chuva abundante capaz de produzir uma boa safra de alimentos e garantir que seu rebanho não morra de fome, conforme ocorre em período de secas prolongadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

CEARÁ. Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAE-CE. Fortaleza: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria dos Recursos Hídricos, 2010.

SILVA, R. M. A. da. Entre o combate a seca e a convivência com o semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de Doutorado, Brasília – DF, 2006.

SOUZA, M. J. N. de; OLIVEIRA, V. P. V. de. Semiárido do Nordeste do Brasil e o Fenômeno da Seca. In: HUBP, J. L; INBAR, M. **Desastres Naturales em América Latina.** México, 2002 P 207-221.

PESSOA, D. M. Caráter e efeitos da seca nordestina de 1970. Vol. 2. Série Estudo sobre as secas no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002, 302 p.

